



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/12/2016

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1 - 2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	4
3.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	5

Manifesto

Passeata pede fim à violência contra a mulher

Caminhada na Avenida Litorânea lembrou do assassinato de Mariana Costa e também pediu paz. **CIDADES 6**



Parentes e amigos de Mariana Araújo Costa pediram paz e justiça



Parentes e amigos de Mariana Costa realizaram passeata na Litorânea

Passeata relembra o caso Mariana

Caminhada na Av. Litorânea em memória de Mariana Costa também protestou contra a violência à mulher

Centenas de pessoas se reuniram na tarde do último sábado, dia 17, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea, em São Luís, para uma passeata em memória de Mariana Costa, publicitária morta pelo cunhado em um crime brutal, que teve repercussão nacional. Segundo a irmã de Mariana, Juliana, a intenção também era bradar contra a violência à mulher, como um todo. “Nosso objetivo é nos unir numa só voz contra essa violência à mulher e trazer uma mensagem de paz, porque só quem vive o que nós estamos vivendo sabe o que é essa dor”, afirmou.

Participaram da caminhada familiares, amigos e membros da igreja que Mariana frequentava. Durante o percurso, eles cantaram, e vários discursos foram proferidos. As pessoas também lembravam da jovem morta, e de como ela era uma boa amiga, irmã, filha e neta. “Ela era companheira, amiga, alegre, sempre preocupada conosco”, contou a amiga Ecila Oliveira.

Em 13 de novembro, Mariana de Araújo Costa foi encontrada desacordada em seu apartamento, no bairro Turu. Lucas Leite Ribeiro Porto, cunhado da vítima, foi conduzido pela polícia ao Centro de Triagem de Pedrinhas no dia seguinte, após imagens das câmeras do circuito de TV do condomínio o mostrarem correndo por escadas

do local. Segundo investigações, ele teria matado a cunhada sufocada com um travesseiro.

Na sexta-feira, dia 17, a polícia divulgou o resultado do último laudo e confirmou que antes do assassinato, foi consumado o ato de estupro com conjunção carnal. A princípio, Porto assumiu a autoria do crime, mas negava que tivesse estuprado a publicitária.

Pena

O promotor de Justiça, Gilberto Câmara França Júnior, da 28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, protocolou, no mês passado, denúncia contra Lucas Porto, pelos crimes de estupro e homicídio qualificado contra Mariana. Porto pode pegar até 60 anos de prisão.

Já que, no caso de homicídio simples, a pena vai de seis a 20 anos de reclusão - quando há qualificadoras, a pena sobe para até 30 anos. Já para estupro, a pena é de seis a 10 anos de reclusão, mas, se caso resulte em morte da vítima, pode ampliada para até 30 anos.

A denúncia de homicídio teve quatro qualificadoras: morte por asfixia, causada por recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima, praticado para ocultar outro crime (estupro) e feminicídio. O documento está sob análise do juiz da 4ª Vara do Júri. ●

APARTE

Felipe Klamt
felipeKlamt@yahoo.com.br



Apelando — Sem mais nenhum prazo viável, deixou de cumprir pela terceira vez, o presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, Astro de Ogum, corre o grave risco de ser condenado pelo juiz Douglas Martins, caso não entregue, com urgência, a lista completa dos funcionários, com os salários, na Vara de Interesses Difusos. Mesmo pagando a folha todos os meses, afirma que não consegue imprimir os dados determinados pela justiça, alegando dificuldades financeiras para informatizar o RH, a página da transparência e implantar o controle biométrico. Apesar de contar com uma verba mensal que dizem ultrapassar os R\$ 6 milhões.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Nação à deriva

Seguindo a ideologia política da escola liberal brasileira, o Governo Federal tenta impor aos brasileiros o "estado mínimo", forjando o chamado "Rombo da Previdência Social", com a lógica de que, se medidas drásticas não forem adotadas agora, não haverá dinheiro para pagar a aposentadoria dos trabalhadores no futuro.

Na verdade, o objetivo do Governo Federal é transferir, de forma permanente, ao sistema financeiro especulativo, centenas de bilhões de reais dos recursos do Estado oriundos de tributos. Para isso, apresentou um "pacote de maldades", apontando um suposto déficit de cerca de R\$ 85,8 bilhões na Previdência Social, para justificar uma mudança nas regras para a aposentadoria.

O que o Governo Federal não explica, no entanto, é que o referido "rombo" é consequência do desvio de recursos públicos para promover a farra das isenções fiscais concedidas a empresas, retirando da Previdência recursos na ordem de R\$ 230 bilhões.

Somente em 2015, as isenções dadas às empresas pelo Governo Federal atingiram o valor de R\$ 64 bilhões, quantia que equivale a mais da metade do suposto "Rombo da Previdência". Nos últimos cinco anos, foram concedidos R\$145,1 bilhões de renúncia fiscal.

Este ano, as isenções fiscais dadas de presente aos empresários devem alcançar a marca de R\$ 56 bilhões. Ou seja, por agir com excessiva benevolência com as empresas, o Governo Federal comprometeu o financiamento dos benefícios dos trabalhadores.

O fato de termos 20% das contribuições desviadas para o Orçamento Fiscal e o pagamento da dívida com juros altos, em proporções insustentáveis, afetaram também a Previdência Social. É inacreditável que gastemos o equivalente a 100% do Orçamento com juros e apenas 30% com Seguridade Social.

Com forte carga ideológica, o suposto "Rombo da Previdência" foi anunciado nos últimos dias como tragédia nacional, com o Governo Federal culpando os trabalhadores pelas despesas com os benefícios previdenciários.

Falta sinceridade nas informações. O recado oculto é para que as atuais e futuras gerações busquem outras formas de garantia para quando a velhice chegar, com os trabalhadores assumindo integralmente os tratamentos médicos e a educação dos seus filhos e utilizando a Previdência Privada, que é hoje uma fatia promissora do mercado muito desejada pelas instituições bancárias.

Nossos governantes não enfrentam o tema da Previdência Social com honestidade e escondem os fatos com a imperdoável omissão do Congresso Nacional. Há tempos, o Governo Federal vem despejando números na mídia culpando os mais pobres pelo suposto déficit que impingem ao sistema previdenciário, como se ele fosse um ônus que deveríamos nos livrar.

A questão do déficit previdenciário é mal colocada e falseada por várias razões. É feita uma inversão injusta para direcionar o problema para a Seguridade Social. O Brasil tem um problema crônico de desvio de recursos destinados ao financiamento da Previdência. Esses recursos sempre foram desviados e continuam sendo até hoje.

O foco, portanto, está totalmente errado. Em nenhum lugar do planeta a Previdência Social foi pensada para se auto-sustentar. Há dois modelos básicos de previdência adotados no mundo. O primeiro é sustentado pelas contribuições sobre salários, repartidas entre empregador, sempre com garantia e apoio do Estado.

O segundo modelo prevê que o financiamento principal da previdência seja originado por impostos. Nenhum país do mundo adota um sistema de financiamento exclusivamente por meio de contribuições. Todas as Constituições Brasileiras sempre falaram que a Previdência Social seria sustentada por um tripé: o trabalhador, a empresa e o Estado.

Propagandear contra a Previdência Social e desacreditá-la perante os jovens que ingressam no mercado de trabalho foi e vem sendo o mais significativo dos feitos maléficis dos sucessivos governos. Desconsiderar a Constituição e determinar erroneamente algo como déficit apenas com o intuito de levar a sociedade leiga a um entendimento difuso e errôneo sobre a questão é, no mínimo, uma indecência.

Todo novo ministro da Fazenda quando assume o cargo, em sua primeira declaração faz questão de afirmar que é preciso reformar a Previdência, colocando sempre o aposentado como o burro da fábula de La Fontaine, sendo ele sempre o culpado de tudo.

Com tantos descalabros e falsas estatísticas apresentadas diariamente para a população, os ministros esquecem de dizer que a Previdência sempre foi o "Caixa 2" dos governos, desde Juscelino Kubitschek (1956 e 1961), que desviou verbas da instituição para Brasília prometendo devolvê-las, mas morreu sem cumprir a promessa. É injusto e agressivo que os aposentados sejam sonogados, prejudicados e humilhados, recebendo sempre bofetadas dos sucessivos Governos que gastam o dinheiro da Previdência Social como bem entendem e nunca tomam uma medida com lógica e eficiência.

O Congresso Nacional, por sua vez, fica indiferente ao problema e tudo aceita com seus conchavos, mesmo sabendo que há muito tempo a Previdência vem merecendo uma intervenção fiscal para apurar irregularidades que lá imperam em detrimento dos aposentados.

Previdência não é imposto, mas contribuição para beneficiar o trabalhador, sendo o Governo seu fiel depositário. Em qualquer circunstância, quando um fiel depositário foge à sua responsabilidade ele é obrigado, pela lei, a repor o desviado.

Os discursos sobre o suposto déficit da Previdência no Brasil tornaram-se peças dramáticas em que os atores escalados não estão à altura do papel e o palco ameaça desabar, num baile onde o capitalismo e a corrupção andam de braços entrelaçados rodopiando pelo salão. Enquanto isso, em meio a um ambiente de tensão que inflama o país, a Nação fica à deriva.

Expediente forense será suspenso no Maranhão

O Poder Judiciário do Maranhão terá o expediente suspenso em todo o Estado a partir desta terça-feira (20) a 6 de janeiro de 2017 nos 1º e 2º Graus, incluindo comarcas de entrâncias inicial, intermediária e final. No período, a Justiça estadual funcionará em regime de plantão em todo o Maranhão.